

A entrevista de um vitorioso

O presidente Fernando Henrique Cardoso colhe, neste primeiro ano de mandato, os frutos da árvore plantada pelo ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Plantada e cultivada com carinho e muita luta — e se hoje, passados os meses, é possível ao atual chefe do governo referir-se ao passado como se tudo tivessem sido flores, é porque, por uma conjugação de fatores, o Plano Real deu certo, malgrado as oposições surdas que encontrou desde seu lançamento e apesar do quase ponto de fricção que foi o incidente em que se envolveu o ministro Rubem Ricúpero. Isso para não falar nas frequentes intervenções do então presidente da República, preocupado com a política de juros e com a caixa-preta do Banco Central. É por se ter trilhado, depois de janeiro de 95, a estrada real quase sem encontrar obstáculos que o sentimento que ressuma da entrevista que o presidente da República concedeu à imprensa quarta-feira última é o de um vitorioso. Satisfeitamente vitorioso, só não repetindo Cesar (*Veni, vidi, vici*), porque tem consciência do problema que representa o déficit público, seja na União, seja nos Estados, seja nos municípios.

Será difícil buscar apanhar S. Exa. em falso — o bom dos meses de êxito é que as dificuldades que se venceram, e até mesmo aquelas com que se pode defrontar, são minimizadas ou simplesmente esquecidas. Exemplo disso é que, depois de haver anunciado

as mudanças pelo rádio, o chefe do governo não se preocupa em fazer uma reflexão mais aprofundada sobre por que, nestes dias, a Sunab mudará de fisionomia, necessitando associar-se aos Procons, apesar de estarmos numa economia de mercado. O receio de que o futuro possa ser menos risonho do que se pinta hoje o passado pode explicar essa mudança — mas para o Executivo não convém transmitir intranquilidade quando o clima é todo de vitória, sob muitos aspectos real, embora sua duração deva ser vista com reserva tantas são as variáveis que interferem num processo de estabilização delicado, como tem sido o brasileiro.

Há dois pontos que merecem destaque na entrevista. Um, a afirmação da autoridade do presidente da República contra aqueles (do Movimento dos Sem-Terra) que, a pretexto disso ou daquilo, ocupam próprios públicos e transformaram, eles sim, o problema social, que é o problema da terra, numa questão sob muitos aspectos policial, na medida em que impõem ao poder público, se é que ainda existe Estado no Brasil, a tarefa de desocupar terras e edifícios públicos. A dureza com que o chefe do governo se referiu ao problema indica que sua paciência com os que



usam a situação precária dos sem-terra para exploração e fins políticos está chegando ao fim. O que é bom sinal para as instituições democráticas.

Outro aspecto é o que se refere ao modelo socioeconômico que está sendo construído. Tempos atrás, tínhamos assinalado que, ao abandonar o modelo varguista, o presidente Fernando Henrique Cardoso estava estabelecendo um modelo de Estado regulador. O intervencionismo estatal poderia ser dado

como moribundo; em lugar dele nascia, ainda que enraizado na mesma terra, o Estado regulador. Outra coisa não disse o presidente da República, quarta-feira: “Bem, o fato é que estamos mudando o perfil do Estado, que deixa de ser o de um Estado proprietário para ser um Estado regulador.” Foi mais longe, para não haver dúvidas sobre o que ele, presidente da República, entende por isso: “Não quer dizer que [o Estado regulador] abra mão de todas as propriedades, mas o Estado que grosso modo era proprietário de empresas produtivas e muitos setores da produção, ele passa a ser um Estado regulador, fiscalizador. Isso requer uma nova estrutura do Estado, que está sendo implementada.”

Esse é o dado para o qual se deve atentar.

Há um sinal, como tal menos concreto, que, no entanto, indica qual a diretriz do governo no tocante à economia: é aquele momento em que o presidente da República, referindo-se ao progresso registrado no ano de 95 e às medidas duras que se adotaram para manter sustentado o crescimento, se refere às queixas de alguns setores: “E não adianta um grupo ou outro vir reclamar, apresentar um dado parcial do que está acontecendo com

O presidente da República deixou explícito que o novo tipo de Estado será de fato regulador

seu setor, como se fosse geral; às vezes com sua indústria, como se fosse geral. Governo que se respeite e que respeite o povo toma medidas necessárias para garantir o crescimento continuável.” Recado mais explícito, e de conseqüências duradouras para toda a economia (que, perdoe-nos S. Exa., é um sistema que se compõe de “setores” e de “indústrias”, que, desarticulados, desarticulam o sistema todo), não poderia ser dado. Como em 1995, daqui para a frente só se fará aquilo que o Executivo considere ser o “interesse geral”. Esse “interesse geral” (sabendo-se que o Estado não é neutro) na óptica do Executivo como um todo é, hoje, o frango ao preço em que está hoje...